

# A OPINIÃO

Bi-semanário Republicano

Direcção de *Manuel Marinho*

Prop. da Emp. *A Opinião*

QUINTA-FEIRA

2 DE AGOSTO DE 1928

Publica-se ás Quintas-feiras e

Domingo

AVENGA DO

## Observações oportunas

## IDEIAS PANTÁGMELICAS

## AS "PANTOMINICES,, DUM "CRONISTA,,

Somos constantes leitores do sr. dr. Marques Guedes, acompanhando com grande interesse a sua prestantíssima colaboração em «O Primeiro de Janeiro» e, muito especialmente, a que diz respeito á «obra de doutrinação económica» em que anda empenhado.

Lemos, assim, o artigo — «Duas linhas de politica economica» — inserto no grande diario portuense, de 27 p. p. Julho.

Aí, mais uma vez, preconisa o ministro das finanças da ultima situação constitucional, «a necessidade iniludível do equilibrio orçamental, como o primeiro acto da nossa reorganização economica e financeira», e tambem novamente aconselha a «sidicalização da produção» e as «concentrações industriais».

Ora aqui estão dois pontos, que nós, apesar das tantas afinidades que nos ligam ao illustre jornalista, não podemos dar inteiro aplauso, propondo nos a ousadia de os observar como soubemos, claro está, sem pretensões de «emprestar idéas» que, por ventura, nos escasseiam, e embora correndo o risco de ir aumentar o n.º dos que «se contentam com as idéas feitas, que são frequentemente os «erros enraizados», conforme possa aprazer ao conceito didactico do publicista eminente, que é tambem doutissimo professor.

Temos a veleidade de supor que tambem possuímos o «merito da meditação» e, daí, o metermo-nos pelas coisas altas da politica, até porque, a ela tão adstritos, mesmo nos tempos correntes em que é fortemente execrada, aqui a vimos metódica e serenamente praticando no modesto *escrevinhar* neste quasi ignorado periodico de provincia.

E assim entendidos, com esta especie de exordio esclarecedor, vamos ao que importa, isto é, aos «dois pontos» discordantes, que não «pômos de discordia».

1.º — «Equilibrio orçamental». Evidentemente que é uma «necessidade iniludível». «Sobre tal ponto não ha, não pode haver a minima discrepancia.

Mas que seja esse equilibrio «o primeiro acto (o sublinhado é nosso) da nossa reorganização economica e financeira», como quer o sr. dr. Marques Guedes, em comum acordo com o sr. dr.

Oliveira Salazar, ou seja este com aquele, visto o primeiro se ter antecipado na fixação de tal idéa, o que ainda uma vez prova que — *nihil sub solum novum* — mesmo quando messianicamente possa aparecer sob a égide de qualquer pretensa predestinação; que seja esse equilibrio, disiamos, imposto como base *primordial* do objectivo economico a que se visa, lá nos parece muito discutível.

Sim, porque, antes de mais nada, é mister conhecer os meios seguros, que a tal fim nos condusam.

Não ha duvida, que, no tempo em que sobraçou a pasta das finanças o sr. dr. Marques Guedes, a sua idéa podia ter facil realização, e sua ex.ª já sobejamente o demonstrou em varios artigos, vindos a lume no «Janeiro» que, infelizmente, com bons e autenticos numeros, claramente deixavam ver que o *deficit*, previsto em 86.000 contos, seria reduzido a uma parcela minima, indicando tambem o seu total de desaparecimento a breve praso. Mas, — então, estava-se seguindo a politica saneadora, verdadeiramente iniciada no gabinete Antonio Maria da Silva, com Portugal Durão na pasta das finanças; vigorosamente continuada por Alvaro de Castro, utilmente ampliada por Daniel Rodrigues, no gabinete Rodrigues Gaspar; e mais aperfeiçoada no ultimo ministerio constitucional, que tem á frente das finanças publicas o sr. dr. Marques Guedes. Então, ainda as forças economicas da nação ofereciam a indispensavel robustez de que hoje tão carecidas se encontram, e nos recursos do Estado ainda se contavam os Tabacos e os Caminhos de Ferro, o que tudo fez com que, a despeito da grave perturbação politica do fim do ano economico de 1925-1926, segundo verificação feita em bem elucidativo artigo do sr. Anselmo Vieira, inserto no «Jornal de Noticias», de 22 de Junho p. p., a que já tivemos ensejo de fazer referencia, as contas daquela gerencia podessem fechar com o *deficit* de 122.220 contos.

Mas agora que as fontes produtivas do Paiz se acham nas más condições que todos sabem, e que as contas de 1926-1927, conforme a fidedigna constata-

(Continua na 3.ª página)

Apesar das tolices que o sr. A. Leite tem escrito nas suas recentes cronicas e que nós, aqui, rebatemos por tal forma que o obrigamos a calar-se, a do ultimo n.º de «O Barcelense», embora assinada com o seu nome, pela sôma de trapalhices que encerra, foi com certesa feita pelo servo do S. S., que, por pirraça, adoptou aquele pseudonimo.

E' certo que o sr. Leite, outrora polemista combativo, ha muito que apresenta, no des-trambelhamento dos seus uzoais disparates, as provas da maior senilidade espiritual.

Porem a sua ultima cronica excede, em despanterios, tudo quanto antiga musa canta.

O seu espirito revela-nos uma tão acentuada tendencia para o desconchavo e tão disparatadamente raciocina sobre as coisas, os homens, os factos, e os acontecimentos que pode reputar-se «unico» em materia de analise.

Considerando-se omnisciente, o sr. Leite, que no texto da sua ultima cronica — como de resto em todas as outras tem sucedido — é duma ignorancia e má fé a toda a prova, expõe as coisas como se, por ventura, delas tivesse directo conhecimento.

Tudo aquilo, afinal é *musica d'ouvido*, insuflada cavilosamente no seu inconstante e volúvel espirito, de cuja decadencia se servem, tocando-o como S. José fez á burrinha que conduziu Nossa Senhora até ás portas do Egipto.

Mas como é grande a sua bôsa na solução absurda, de casos intrincados ocorre-nos apresentar ao seu raciocinio o desfecho deste problêma que André Brun, em «Os meus domingos» paginas 58, legou á posteridade sem lhe obter aceitavel decifração: — «Dentro duma adega ha uma pipa. Uma torneira, que despeja cinco litros por minuto, leva uma hora a encher a pipa. Quantos anos tem a sogra do dono da adega?»

Principiamos esta local na intenção de contrabater, com a gravidade que o caso requer, as insistentes tolices do sr. A. Leite; porem, como ele já não pode sêr tomado a serio, caímos naturalmente, na jocosidade a que as suas *caturrices* obrigam.

No entanto, como necessario se torna rompeu a nuvem que podesêr tomada por Juno, va-

mos lá, com paciencia, rasgar todas as monacais locuções dos falsos silogismos do seu espirito, tão carecido das abluções que a propria Igreja manda praticar, a miudo, para limpeza da alma e sua religiosa purificação.

A Comissão Paroquial, na plena faculdade dos seus direitos, é a quem compete, segundo o que dispõe o n.º 10 do art. 146 da lei 88 de 7 de Agosto de 1913 e art. 109 da lei da separação da Igreja do Estado de 20 de Abril de 1911, nomear ou demitir os empregados que a servem. Do uzo que desta disposição entenda fazer, não tem que pedir previa autorisação seja a quem fôr. Se dentro desta atribuição, substituiu, por outro, o guarda que ao seu serviço trazia, cometeu um acto legal e, nesse ponto, sem discussão.

São as Juntas de freguesia ou as comissões que as representem as legitimas detentoras como delegadas do Estado e á sua guarda e conservação estão sujeitas as Igrejas paroquiais pelos art.º 62 e 106 da lei de 20 de abril de 1911, enquanto não estiverem, legalmente, encarregadas do culto as corporações permitidas pela lei de indevidualidade juridica da Igreja de 7 de julho de 1926.

E quando qualquer destes edificios, seja considerado «monumento nacional» e nele se efectue o culto publico, pelo art. 7 do decreto n.º 3 856 de 23 de fevereiro de 1918, os corpos administrativos, seus proprietarios como representantes directos do Estado, é que á sua custa subsidiavam, para efeitos de vigilância, os guardas e guias de que fala o art. 109 da lei de 20-4-911, já citada, doutrina mantida pelo art. 11.º do decreto que concedeu personalidade juridica á Igreja.

Estes guardas de sua livre escolha, não são obrigados á prestação de serviços de culto, podendo no entanto, querendo, pratical-os gratuita ou remuneradamente pelos fundos das comissões para aquele fim constituídas.

Posto isto precisamos acrescentar ainda que não tem existencia legal, por lei especial, qualquer comissão identica aquella que o sr. Leite arquitetou como directa intervencionista nos bens considerados «monumentos nacionais». Mesmo tal comissão



Observações  
oportunas

(Continuação da 1.ª página)

ção do ilustre economista que estamos seguindo, no seu aludido artigo, mostram ter-se elevado o deficit á soma de 687.578 contos — em mais, portanto, 565.368 contos, do que no exercício anterior—como impôr para «primeiro acto da nossa reorganisação economica e financeira» o «equilíbrio orçamental», se, para tal efeito, apenas tivermos, como se está vendo, o bem incerto recurso da mais forçada decepção nas despesas e o mais grave entumescimento dos impostos!

A decepção nas despesas pode, e certamente, em muitos casos, virá a ser mui perigosamente contraproducente, pois, com a deficiência de financiamento, os serviços chegarão a obter rendimento inferior áquelle que até agora produziam. Assim, tirar dez ao que os fazia aumentar para vinte, e, por aquelle facto não logra presentemente realizar mais que dez, é não só anular um valor activo, mas, peor ainda, desfalcicar em dez as receitas, que tanto se procura fazer crescer.

Meio, pois, pouco seguro.

E quanto a entumescimento dos impostos é preciso atender á precaria situação do contribuinte para ver o que daí poderá resultar. A facil computação dos calculos não dá muitas vezes mais que a previsão illusoria das cifras.

Nós já aqui, neste mesmo lugar, tivemos ensejo de dizer, em artigo de serena prevenção, publicado em 21 de Junho p. p., que estávamos bem persuadidos de que, ao final do prazo para pagamento voluntario—passe o termo—das contribuições, em vez do numerario real necessario, haverá grande soma de «conhecimentos» á espera da hora cruel da execução coerciva.

No preciso tempo estamos de saber-se, se nos deixamos dominar por qualquer mal originado receio, ou se, mui previdentemente, apontamos o facto grave, que o conchado otimismo da violenta exacerbação fiscal não deixou prever.

Pelas informações, porem, que nos veem chegando, bem temos de concluir, que o erro não estava, e não está, da nossa parte, mas que se deve enraizar naquelles que, adstritos ao pensamento, que se nos afigura demasiado estreito, do exclusivismo «compressor», ou tributario, tudo julgam resolver pelo uso precipitado de meros sinais aritmeticos.

E, sendo assim, constatado temos a insuficiencia do processo adotado para a desejada realisação do «equilíbrio orçamental»—decepção nas despesas e entumescimento dos impostos.

Por isso já também dissemos,

Livre é o sol, astro luminoso que a vida nos insufla atravez as virtudes tonificantes dos seus raios de brilho inexcedivel.

Livres são as aves que penetram os espaços attingindo os pontos culminantes das alturas, correndo, mundo em fora, numa vida preñhe de amor e alegria, espalhando encantos com os gorgeios dos seus trinados deliciosos pela variedade de musica e harmonia de tons.

Livre é a terra nos seus movimentos cosmicos trazendo-nos, momento por momento, a perpetuidade da existencia nesta

ou quizemos dizer, que era preciso seguir-se um mais alto criterio economico, de modo que, ao lado do simples «poupar» e do «esforço tributario», que não exceda as possibilidades do contribuinte, se procurasse o desenvolvimento da riqueza, fomentando todos os ramos da nossa actividade laborativa, o que mui utilmente se poderia conseguir por intermedio dum mais largo plano financeiro cuidadosamente estudado.

E isto seria o *prologo* que, a nosso ver, é indispensavel antepôr ao «primeiro acto da nossa reorganisação economica e financeira» ou seja o «equilíbrio orçamental», até para a sua mais segura e definitiva efectivação.

Mas paremos por hoje, que já estamos exorbitando as possibilidades do nosso modesto jornal.

Para outra vez diremos o mais que as circunstancias reclamem, guardando já agora, para artigo proprio, as objecções suscitadas pelo sr. dr. Marques Guedes, nas suas sugestões sobre «sindicalisação da produção» e «concentrações industriais».

## Instrução

Fez exame da 5.ª classe no Liceu de Viana do Castelo o sr. Silvio Capela Vinhas, filho do sr. Candido Vinhas, de Barqueiros, obtendo plena aprovação.

—Na Escola das Belas Artes do Porto fez exame de Elementos de Geografia, de Etnografia e Historia Universal e Patria, Anatomia Artistica, alcançando 17 valores neste e 16 naqueles, o sr. Manuel Gonçalves Torres, filho do sr. João Fernandes Torres.

—Tambem foi aprovado no exame do 1.º ano do ensino preparatorio do Seminario de Braga o sr. Alberto Martins, filho do sr. José Alberto Martins.

—Fez exame e foi aprovado em Bacteriologia, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o sr. Luiz Filipe Chaves Marques de Sá Carneiro.

Aos briosos estudantes os nossos parabens.

## De relance...

## LIBERDADE

luta enorme que é a vida.

Livre é o homem nas cogitações do seu pensamento e nas observações da sua intelligencia, a ponto de, ainda quando de braços algemados e pés na grilheta, ninguem fazer parar, por maior que seja a sua força ou prepotencia, a Ideia que o seu espirito acalenta e defende.

Da coordenação destas tendencias brota instintivamente o grande principio da Liberdade, cuja ideologia e realidade encerra a mais alta e mais acalentadora regalia do homem.

FLOR DO TOJO

## Pela Repartição de Finanças

Nutrimos um empenhado interesse em que encontrem satisfactoria solução os incidentes ultimamente levantados na nossa Repartição de Finanças.

Sinceramente confessamos esse desejo, embora não consintamos — pelo menos sem o mais veemente protesto da nossa parte — que a vingança pessoal ou uma injustificada má-vontade, atinja funcionarios distinctissimos e que nos merecem as maiores simpatias pela sua conducta altiva e nobre.

E isto, parece-nos, é tudo quanto existe de mais justo. Se não fôra a flagrante injustiça, com que notamos desejar-se agravar determinados funcionarios daquelle Repartição, certamente nem ao assunto teriamos que referir-nos.

De resto não somos nós os primeiros a citar casos al passados, pois, ainda ha, talvez, um ano, o nosso colega local «O Barcelense», nos seus n.ºs 841 a 845 de 1927 apontou factos de indesmentivel importancia e que nunca fôram — pelo menos que nos conste — contestados ou desmentidos.

Achamos justo e logico que todas as coisas sejam colocadas nos logares que lhes pertencem; todavia, para isso, é preciso que a autoridade moral e profissional não escasseie áquelles que accusam. E nós, em Barcelos, terra pequena como é, conhecemo-nos muito bem uns aos outros.

Conta-nos a Biblia que Cristo um dia quando o povo perseguia, parece que a peccadora Magdalena, enfrentou-o dizendo-lhe: *otire a primeira pedra áquelle que tiver a consciencia limpa de peccado.* Ora precisamente, aos casos que se veem passando na nossa Repartição de Finanças pode bem ser applicada esta judiciosa parabola.

Não temos em vista crear dificuldades seja a quem fôr, mas igualmente não consentiremos que as criem a quem as não merece, e neste ultimo plano estão o aspirante de finanças e o escrivão das execuções fiscaes, zelosos e honestos funcionarios que se pretende attingir.

Continuaremos tratando o assunto até á completa reparação de que são dignos.

## SACOS DE PAPEL

Primeira 1\$45

Segunda 1\$20

Pedidos a

Ferreira Dias, Limitada

Barcelos

VARIAS  
NOTAS

o caso mais dominante da semana passada foi, sem duvida, o festim macabro do tenente Zappi, da expedição Nobile, perpetrada, em pleno gèlo, no corpo inane do sobio Malmgrem.

O leitor que não tenha acompanhado o assunto que, ha mais de um mez, vem occupando, em toda a imprensa, o noticiario sensacional da viagem aerica, carece de saber que, sob o pretexto de melhor conhecer a região glacial, que forma o extremo arctico do imaginario eixo da Terra, a Italia de Mussolini, que já o fôra de Garibaldi, organizou uma expedição em avião, que daquelle pais expunha o nome á luz refulgente dos astros.

Tudo era esperanza e sonho de gloria. Sucedeu, porem, que o destino, nem sempre fagueiro a quem tudo supõe poder subjugar, deliberou precipitar no mais emocionante fracasso o arrojado vovivo dos que tão corajosamente trabalhavam ad majorem gloriam duci. O avião foi-se para o charco, que é como quem diz para o gèlo.

A Europa agodou-se e não faltaram uteis pesquisas que, finalmente, foram salvando os naufragos, se bem que fazendo outros, como Amudsen e Guilbaud, dois altos prestimos.

Nobile, o comandante em chefe da expedição, foi salvo, com alguns companheiros. Faltava, porem, Malmgrem, principalmente este notavel professor sueco. A sorte quiz que apenas apparecesse o seu corpo já devorado pela fome antropofaga do camarada Zappi.

Bem imprevisto final desta horrivel tragedia, que Mussolini entreviu como novo elemento de suprema noturiedade...

Em vez de loiros, o ferreta indelevel de misera antropofagia!

AS questões monetarias de Angola, conquanto muito harmonicas nos departamentos officiais, tanto da colonia, como da Metropole, parecem oferecer suas sensações entre alguns membros do governo, a avaliar pelas varias notas ou declarações officias que os srs. ministros das colonias e das finanças tem trazido á imprensa.

Entretanto o sr. alto commissario da quella nossa grande provincia ultramarina parte já para o seu posto, o quer dizer que, com maior ou menor divergencia das finanças metropolitanas, os seus pontos de vista sempre prevalecem.

E o sr. alto commissario, que é o illustre engenheiro, sr. Vicente Ferreira, é alguém, que os politicos, ainda, puzeram á frente de Angola.

OS boatos entraram em maré de calma, até porque as prevenções militares tambem parece terem cessado, deixando de oferecer ensejo ás ferteis interpretações, que a fantasia de cada um ia pondo em curso.

Tudo novamente sereno, tratando-se agora das diversões proprias da quadra, havendo já a distinguir a festa nacional infantil, e os grandes festejos da Curia, onde este ano o chefe de Estado não pode ir, mas em que o governo se fez representar.

Enfim, a calma indispensavel ao goso reparador do estio adusto.

o decreto orçamental está para vir á luz do dia. O sr. ministro das finanças não se tem poupado a esforços. Ainda transanteontem teve demorada conferencia com o seu colega da guerra sobre o pretendido equilibrio orçamental, assentando, portanto, nos cortes definitivos a efectuar, e dali seguiu para casa a trabalhar no importante diploma, que hoje deve ser publicado.

Aguardemos.

Este numero foi visado pela  
Comissão de Censura